



## A EXPERIÊNCIA E OS DESAFIOS DO *CAMPUS* ARARANGUÁ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA COM O REUNI

ANA ELISE CARDOSO INÁCIO  
UDESC  
[anaelise.sc@gmail.com](mailto:anaelise.sc@gmail.com)

### Resumo

Na última década, o ensino superior brasileiro passou por transformações ocorridas por meio da criação de Programas que buscam, dentre outros, a inclusão de grupos minoritários e maiores oportunidades de acesso e permanência. Com o propósito de discutir sobre esta temática, esta pesquisa buscou descrever e interpretar a realidade específica do *Campus* Araranguá da Universidade Federal de Santa Catarina, por conta da aplicação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Este trabalho aborda temas como: o papel da universidade em seu aspecto histórico e institucional, os desafios e crises enfrentadas pela universidade e políticas públicas destinadas ao ensino superior brasileiro. Esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo de caso qualitativo, predominantemente descritivo e interpretativo. Para coleta dos dados foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas semi-estruturadas e a aplicação de questionários. Os resultados encontrados permitiram identificar problemas resultantes da falta de planejamento no momento da instalação do *Campus*, estrutura física inadequada, bem como número insuficiente de técnicos educacionais e docentes.

**Palavras-chave:** Ensino Superior Brasileiro; Universidade Pública; Expansão. Políticas Públicas.

## Introdução:

Requisitada por diversos setores da sociedade moderna, a universidade tem o papel fundamental de produzir o conhecimento e, capacitar, principalmente jovens, para atuarem no mercado de trabalho. Mas, além disto, são atribuições, principalmente das universidades públicas, o desenvolvimento cultural, econômico e social de diversas regiões do país.

Por ter um papel tão relevante para toda e qualquer sociedade, torna-se fundamental que sejam oportunizados, cada vez mais, o acesso e permanência no ensino superior. E foi a partir de perspectivas que busquem a inserção cada vez maior de jovens, que foram desenvolvidas no Brasil políticas públicas destinadas à expansão, como é o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

No Brasil, o sistema educacional está envolvido por três planos, que somados, servem de parâmetro para aqueles que trabalham com o ensino e refletem o projeto de nação brasileiro referente à educação. São eles: As Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), o Plano Nacional da Educação – PNE (BRASIL, 2001) e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007).

Foi por meio do PDE que a educação superior ganhou destaque, sobretudo, com os termos democratização e expansão (LIMA, 2013). Segundo Lima (2013, p.88), o PDE tinha como princípios: Expansão da oferta de vagas; Garantia de qualidade; Promoção de inclusão social pela educação; Ordenação territorial, permitindo que o ensino de qualidade fosse acessível às regiões mais remotas do País, e Desenvolvimento econômico e social.

Segundo Lima (2013), para alcançar tais metas foram estabelecidos seis instrumentos principais, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, no quesito *expansão e reestruturação*; o Programa Universidade para Todos - PROUNI e o Fundo de Financiamento ao Estudante – FIES, no quesito *acesso*, e, no quesito *regulação e avaliação*, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes – ENADE.

Abordando especificamente sobre o REUNI, ressalta-se que este foi instituído pelo Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007. O foco deste programa foi a ampliação física e a reestruturação do sistema federal de educação Superior e teve como diretrizes, segundo (BRASIL, 2007), as seguintes: Diminuição da taxa de evasão; Ocupação das vagas ociosas além do aumento da vaga de ingresso principalmente no período noturno; Aumento da mobilidade estudantil; Revisão de toda estrutura acadêmica; Variação das modalidades de graduação; Acréscimo de políticas de inclusão e assistência estudantil; e Trabalho conjunto entre a graduação e a pós-graduação e entre a educação superior e a educação básica.

Diante a tudo o que foi exposto, ressalta-se que o REUNI foi observado neste estudo, como um programa que faz parte das políticas públicas de expansão brasileira, mas que ainda é incipiente e necessita de outras ações para se aperfeiçoar. O propósito foi o de observar uma realidade específica na qual este programa foi aplicado e, questionar seu real andamento e aplicabilidade.

Por fim, ressalta-se que este artigo tem como objetivo compreender o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI por meio de sua aplicação no *Campus* Araranguá da Universidade Federal de Santa Catarina, considerando a formação e estruturação do *Campus*, as experiências administrativas, o contexto histórico e as políticas públicas brasileiras destinadas à expansão do ensino superior.

## 1.1- Reuni como Política Pública

Constituído como uma ação integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi pensado para o reconhecimento do papel estratégico das Universidades federais no desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2009).

Nas palavras de Almeida Filho (2008, p. 188), “é seguramente o mais ambicioso programa dessa natureza já tentado no Brasil”. Em suas metas encontravam-se as diretrizes de expansão de matrículas, sobretudo, no turno noturno, diversificação da graduação, mobilidade estudantil ampla, articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica, programas de inclusão social e assistência estudantil.

O REUNI representou muito mais do que um projeto audacioso, foi uma política educacional de Estado que buscava a expansão do ensino superior e diminuir as desigualdades de acesso, ocasionadas desde a formação das primeiras Universidades brasileiras.

Os objetivos do programa, segundo (BRASIL, 2007, Art. 2º) eram: Garantir as Universidades às condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas, promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica, otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior.

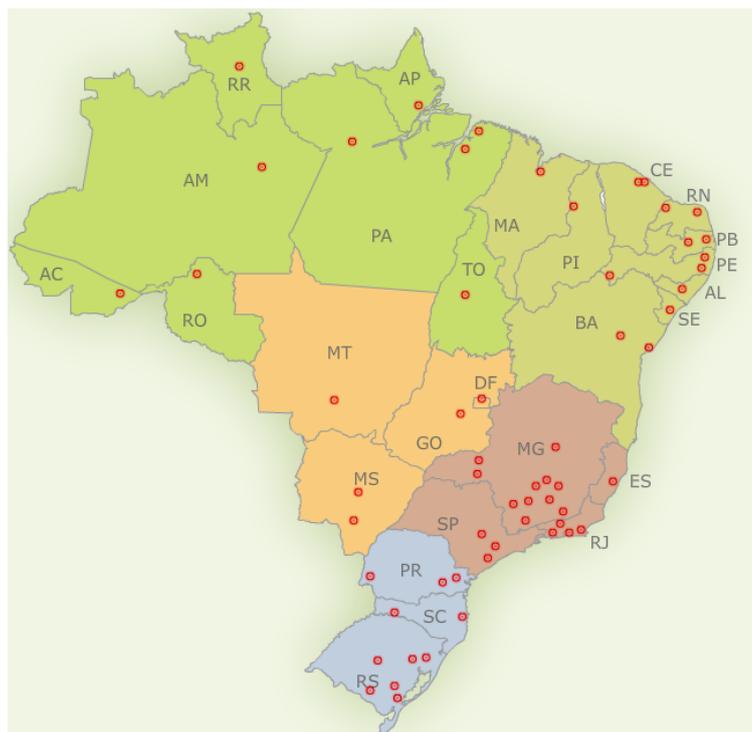
Além desses objetivos, o Programa possuía metas em longo prazo que objetivam transformar o ensino superior brasileiro no que se refere à qualificação. Segundo (BRASIL, 2007, Art. 1º § 1º), estas metas eram: Elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação.

O Programa, além de buscar os objetivos propostos, buscou trazer a qualidade de ensino, pesquisa e extensão para as Universidades participantes. A ideia, segundo Brasil (2009), não era somente a ampliação do acesso, mas também a busca da qualidade na educação e a formação de cidadãos no que tange à construção de novos saberes e de vivência de outras culturas e da valorização e respeito ao diferente.

Ao lado da ampliação do acesso, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existente nas Universidades federais, estava também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública. Segundo (BRASIL, 2009), ela é fundamental para que os diferentes percursos acadêmicos oferecidos possam levar à formação de pessoas aptas a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, em que a aceleração do processo de conhecimento exige profissionais com formação ampla e sólida.

No Brasil, desde o início da expansão, foram criadas 14 (quatorze) novas Universidades e mais de 100 (cem) novos *campi* que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. As Universidades participantes, ao submeterem suas propostas, priorizaram também a interiorização, a oferta de cursos de formação de professores, ampliação de vagas nos cursos existentes, inovação e novos formatos de cursos de graduação.

**Figura 1:** Mapa de adesão das Universidades Federais ao REUNI



Fonte: BRASIL (2009)

A interiorização também foi um ponto de extrema importância. Ressalta-se que a tendência em expandir o ensino superior no país já era feita desde 2003, onde foram criados 104 novos *campi* que, em conjunto com os 151 já existentes, representam a presença das Universidades federais em 235 municípios brasileiros. Os novos *campi* implantados representaram um avanço quantitativo conquistado pelo REUNI, mas também são fruto das ações governamentais anteriores ao programa.

De forma geral, o balanço do primeiro ano é visto como positivo pelo Governo já que se conquistou aumento no número de vagas e cursos no ensino superior público. Segundo (BRASIL, 2009), durante esse primeiro período de execução do REUNI, as Universidades tiveram condições de se reestruturar, garantindo ampliação de suas instalações físicas e ampliando sua presença nas regiões do país que antes não contavam com estruturas universitárias. Outro aspecto que destacam é o aumento de concursos públicos realizados pelas instituições, tanto para docentes, quanto para técnicos administrativos, que são determinantes para a oferta de um ensino e para a manutenção das atividades.

Alguns problemas também foram elencados no primeiro ano de aplicação do REUNI, que de acordo com (BRASIL, 2009), envolvem desde dificuldades nos processos de contratação de docentes até dificuldades na oferta de cursos noturnos. Outros problemas destacados forma: atrasos na disponibilização dos espaços físicos (entraves nas obras, como por exemplo: regularização, licenças ambientais e condições climáticas adversas.), readequação dos projetos institucionais, dentre outros.

## 1.2- Um Olhar Sobre o *Campus* Araranguá

O *Campus* Araranguá da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, como já abordado, é fruto da expansão do ensino superior público brasileiro que, por meio de programas governamentais como o REUNI levou o ensino superior para o interior do Brasil.

As atividades da UFSC em Araranguá, segundo Silva (2013), foram anteriores a fundação do *Campus*, e ocorreram pela existência na cidade de um polo da UFSC de ensino a distância.

As primeiras mobilizações para a criação do *Campus* ocorreram devido à atuação de políticos da região que articulados com a comunidade e o empresariado, desejavam um ensino superior público. Um dos principais políticos a lutar pela implantação do *Campus* foi o Deputado Federal Jorge Boeira.

As discussões para instalação de *campus* da UFSC em Araranguá remontam 2003 quando representantes da comunidade lideradas pelo deputado federal Jorge Boeira começaram a discutir o processo de buscar para a microrregião de Araranguá uma Universidade pública, federal e gratuita, inclusive, o projeto de implantação do *campus* contou com R\$ 10,5 milhões em emendas individuais viabilizadas pelo deputado (SILVA, 2013, p. 30).

Assim, com recursos do REUNI, a UFSC iniciou as atividades acadêmicas no *Campus* Araranguá no segundo semestre de 2009. Segundo Silva (2013), a proposta enviada ao MEC pela UFSC estabelecia a criação de 1.430 vagas em novos cursos de graduação, distribuídas em 515 vagas em dez cursos noturnos e 915 vagas em 21 cursos diurnos. Para o *Campus* Araranguá foram planejadas 300 vagas anuais.

A UFSC, além de ter que cumprir com as diretrizes e metas do programa, teve que buscar uma nova forma de estruturação interna. Desta forma criou um organograma simples, mas que possibilitou uma maior integração entre servidores e professores, com coordenadorias de cursos integradas e, futuramente, com ensino de graduação e pós-graduação integrado, sem divisões por departamentos de ensino (SILVA, 2013).

O *Campus* Araranguá, como já explicitado, iniciou suas atividades em sede própria e em um prédio que foi projetado inicialmente para abrigar os cursos da UFSC na modalidade a distância.

A UFSC contava com um espaço de 1.227.88m<sup>2</sup> que contemplava: 05 salas de aulas, 02 salas de aulas adaptadas para Laboratórios de Informática, 01 Auditório (70 lugares), 04 salas para professores (8,45m<sup>2</sup> cada), 01 sala de reuniões (12,82m<sup>2</sup>) e espaço para administração e Secretaria Acadêmica (62,49m<sup>2</sup>) (SILVA, 2013, p. 31).

No projeto que foi enviado ao MEC, segundo Silva (2013), previam-se três cursos de Bacharelado pertencentes à mesma área para o *Campus*: Ecoturismo, Administração e Relações Internacionais. A ideia inicial era que os cursos pertencessem à mesma área, para que os professores pudessem lecionar em mais de um curso e, então, cumprir com uma das diretrizes do REUNI que previa 18 (dezoito) alunos para cada professor. Porém, os cursos que foram implantados no *Campus* foram diferentes daqueles que estavam na proposta original. No segundo semestre 2009 iniciaram-se efetivamente as aulas com o curso Bacharelado de Tecnologias da Informação e Comunicação com dois turnos e 200 (duzentas) vagas anuais.

O curso de Bacharelado de Tecnologias da Informação e Comunicação, segundo Silva (2013), foi pensado com uma proposta inovadora e com vocação para formar profissionais nas áreas da computação e com formação rápida em três anos. O curso foi estruturado em dois ciclos, o primeiro de três anos com formação básica (Básico Digital) e o segundo de um ano, destinado a uma formação complementar, na forma de três habilitações. Sendo elas: Habilitação em Tecnologias Digitais, Habilitação em Negócios Digitais e Habilitação em Educação e Cultura Digital.

O novo curso trazia a proposta de “formar profissionais capazes de solucionar problemas que envolvem a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em organizações”. E apresentava currículo estruturado em 02 (dois) ciclos de formação, um primeiro ciclo com 06 (seis) semestres e um segundo ciclo com 02 (dois) semestres, destinado a uma formação complementar na forma de três habilitações, perfazendo 04 (quatro) anos de duração no total (SILVA, 2013, p. 37).

O curso de Tecnologias da Informação e Comunicação, segundo Silva (2013), nasceu propondo algumas inovações, dentre elas, o uso de disciplinas na modalidade de ensino a distância que podem contemplar até 20% total dos créditos previstos para o curso, bem como atividades complementares como atividades extraclasse e estágios curtos. Outro destaque é o núcleo comum e a criação do curso em modo de ciclos e em bacharelado multidisciplinar.

O segundo curso do *Campus* Araranguá, de acordo com Silva (2013), foi o curso de Engenharia de Energia, que foi criado pela necessidade da Universidade cumprir com o acordo estabelecido com o MEC e preencher as 300 vagas destinadas para o *Campus* Araranguá. Desta forma foram criadas 100 vagas para o curso de Engenharia de Energia que era predominantemente noturno, organizado em 02 (dois) ciclos e com duas áreas de concentração: Sistemas de Conversão e Bioenergia e Sustentabilidade.

Assim como o curso de Tecnologia da Informação, o curso de Engenharia de Energia possui um núcleo comum, além da multidisciplinaridade.

Ainda sobre o curso de Engenharia de Energia, ressalta-se que foram destinadas 100 vagas anuais, mas que na prática foram ofertadas 80 vagas anuais. Assim, com o saldo de 20 vagas e a redução de 100 vagas do curso de Tecnologia da Informação, o *Campus* pôde oferecer mais dois cursos de graduação: Engenharia de Computação com 60 vagas anuais e Fisioterapia também com 60 vagas anuais.

Segundo Silva (2013), o curso de Engenharia de Computação veio com o objetivo de fortalecer a área das tecnologias digitais e de complementar o curso de TIC e de Engenharia de Energia, mas com conhecimentos mais aprofundados, principalmente de eletrônica digital.

Conforme exposto no Projeto Político Pedagógico do *Campus* UFSC Araranguá, a implantação do curso de Engenharia de Computação visou fortalecer as áreas dos fundamentos do curso de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, dos fundamentos eletrônicos do curso de Engenharia de Energia - ENE e a vertente tecnológica do curso da saúde, associada a exames, tratamento de imagens e equipamentos específicos, de forma integrada aos cursos existentes (SILVA, 2013, p. 47).

Já o curso na área de saúde, segundo Silva (2013), foi pensado para que tivessem dois cursos complementares entre si, tratam-se dos cursos de Bacharelado em Biomedicina e do curso de Fisioterapia, ambos deveriam ser diurnos e integrais, com 60 vagas anuais cada. A argumentação era a de que estes cursos possuem parte de disciplinas equivalentes entre si e poderiam adotar os princípios pedagógicos em implantação no *Campus*, como a oferta de até 20% de disciplinas na modalidade a distância. O Curso de Biomedicina não foi implantado, entretanto, para fortalecer a área de saúde e complementar o curso de Fisioterapia, está previsto a criação do curso de Medicina com ênfase em saúde pública.

De acordo com Silva (2013), o futuro curso de Medicina foi conquistado por meio do **Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - Pró-Saúde**, que estabelece que escolas devam expandir-se e tornar-se o centro do processo de ensino e aprendizagem, com a formação de profissionais capazes de desenvolver uma assistência humanizada e de alta qualidade.

Atualmente o *Campus* possui além dos quatro cursos de graduação, cursos Pós-graduação. Sendo eles: **Especialização em TIC aplicados à segurança pública e Direitos Humanos**, realizado no âmbito da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP); **Mestrado em Tecnologia da Informação e Comunicação** e **Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física**, realizado em parceria com o Programa Nacional de Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF) voltado a professores de ensino médio e fundamental e **Mestrado em Engenharia de Energia e Sustentabilidade**.

### 1.3- Aplicação do REUNI no *Campus* Araranguá

#### 1.3.1 - Estruturação e formação do *Campus*

Segundo Perardt (2013), a adesão da UFSC ao REUNI ocorreu institucionalmente em reunião do Conselho Universitário - CUN, realizada no dia 11 de setembro de 2007, quando o então Reitor, Professor Lúcio José Botelho, fez uma breve explanação sobre o assunto, e convocou uma reunião posterior com os Diretores dos Centros de Ensino para que estes discutissem o assunto em seus Centros e, após, formulassem as demandas de cada Unidade de Ensino.

A proposta de adesão ao Programa foi aprovada em reunião realizada pelo CUN em 27 de novembro de 2007, quando segundo Perardt (2013, p.166), “de caráter deliberativa e fechada para os membros do Conselho, foi aprovado por maioria a proposta de adesão da UFSC ao REUNI, sob clima de protestos”.

Segundo Rossi (2007), apesar do pedido do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade (SINTUFSC) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) de que a votação fosse aberta, a sessão foi fechada e, dos 41 conselheiros presentes, apenas 5 (cinco) votaram contra o REUNI, sendo que 15 não compareceram à sessão.

De acordo com Rossi (2007), em relatos realizados na época tanto a Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC, Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina - SINTUFSC e O Diretório Central dos Estudantes - DCE, manifestaram-se contrários à adesão da Universidade ao programa.

Sobre a escolha da cidade de Araranguá para sede de um dos três *Campi*, segundo Silva (2013), esta ocorreu anterior à adesão da UFSC ao REUNI e foi feita, sobretudo, pela já existência de um polo a distância da UFSC e pelas mobilizações conjuntas da comunidade local, entidades, e empresários, que reivindicaram a instalação de uma Universidade pública para a região. Somada a esta força, aparece a figura do Deputado Federal Jorge Boeira, que leva a reivindicação adiante.

No que diz respeito ao aproveitamento de infraestruturas existentes para otimizar recursos, pensa-se que de fato ações que planejam utilizar o espaço já existentes acabam sendo mais atrativas. O *Campus* Araranguá ao utilizar e ampliar as instalações pertencentes a UFSC e que eram destinadas ao ensino a distância, pôde de alguma maneira iniciar suas atividades de forma mais confortável. Além disto, para iniciar as atividades foram transferidos, de forma temporária, servidores lotados em Florianópolis e que tinham a função de implantar o *Campus* Araranguá.

Sabe-se porém, que desde o início de sua implantação, o *Campus* Araranguá passou por obstáculos que estavam relacionados com a política institucional refletida, dentre outros, pela transição de Reitores e da equipe de gestão. Um dos grandes empecilhos diz respeito à continuidade de projetos, pois muitas vezes a transição de uma para outra gestão representava uma quebra ideológica.

Os novos *Campi* passaram por três gestões diferentes, a primeira ocorreu de 2004-2008, e tinha como Reitor o professor Lucio José Botelho responsável pela adesão da UFSC ao REUNI. Na visão deste Reitor, segundo Machado (2014), os cursos implantados deveriam pertencer a uma mesma área para otimizar recursos, além de articular com a vocação regional do Vale do Araranguá voltada para a internacionalização do turismo. A proposta enviada ao MEC foi feita com os cursos de bacharelado em Ecoturismo, Administração e Relações Internacionais, mas com a troca de reitoria acabaram sendo substituídos.

A gestão seguinte, 2008-2012 composta pelo professor Álvaro Toubes Prata foi responsável pela implantação dos *Campi*. Nesta gestão os cursos que foram planejados para o *Campus* não foram implantados e deram lugar a outros: Tecnologia da Informação e

Comunicação, Engenharia de Energia e Engenharia da Computação e posteriormente Fisioterapia.

Ainda segundo a autora, os gestores se sensibilizaram aos pedidos da comunidade, revisaram os cursos e propuseram novos, que na visão deles, teriam o potencial de desenvolver a região em qualquer lugar onde fossem criados. Desta forma, os cursos vocacionados à região e que haviam sido planejados não foram feitos e deram lugar a outros.

De acordo com Machado (2014), pela área de formação dos idealizadores do *Campus* ser das Ciências Tecnológicas, foi implantado no início de 2009, o primeiro curso, Tecnologias da Informação e da Comunicação que foi considerável mais fácil de ser implantado já que não exigia grandes laboratórios e estruturas, e assim poderia se enquadrar no prédio da UFSC. Desta forma, segundo Machado (2014, p.144), “as definições sobre os cursos foram mais por contingências e oportunidades que se apresentavam em cada momento, do que como resultados de ações planejadas”.

Sobre os cursos que foram implantados, os entrevistados relataram que, de maneira geral, estes têm atratividade e possuem uma boa avaliação. O único que teve um rendimento abaixo do desejado foi o curso de Fisioterapia, o que, segundo um dos entrevistados, deve-se, entre outras coisas, ao corpo docente jovem que não possui tanta pesquisa, e também pela falta de laboratórios, equipamentos e bibliografias adequadas.

Um terceiro momento e que, por sua vez, também repercutiu diretamente no *Campus* foi a nova mudança de gestão. De 2012 a 2016 assume a frente da Reitoria a professora Roselane Neckel, que representou uma ruptura com as gestões anteriores. Conforme Machado (2014, p.152) “este fato teve impacto sobre o *Campus* Araranguá com a mudança dos gestores locais, que são indicados pela nova reitoria”. Assim, os diretores que foram de Florianópolis para implantar o *Campus* retornam para a sede e em seus lugares assumem três novos professores que eram lotados no *Campus* Araranguá.

A partir desses relatos é possível identificar que todo o processo ocorrido na Universidade seja para implantar cursos, seja para discutir quem serão os novos diretores, passa por algo maior e é envolvido por questões políticas internas. As decisões dentro do *Campus* são permeadas constantemente por estas políticas e, este fato, por sua vez, acarreta em desdobramento no cotidiano da instituição.

Outro ponto que merece destaque é a consolidação da área de saúde no *Campus* Araranguá com a implantação do curso de Medicina. Esta parece ser a grande promessa para o desenvolvimento do *Campus* e já era desde o início da implantação da UFSC uma reivindicação da comunidade.

O *Campus* Araranguá conquistou este novo curso com a participação em um edital do Governo Federal que previa a criação de novos cursos em Medicina em regiões estratégicas e no interior do país. Por conta disto, e aproveitando-se da boa localização da cidade de Araranguá, os gestores justificaram a criação do curso enfatizando que entre Porto Alegre e Florianópolis existe um grande vazio com relação a cursos públicos nesta área, e assim, com sua instalação, poderiam atrair alunos dos dois estados e atender uma grande região do interior (sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul).

Ainda sobre a criação deste novo curso que vem para fortalecer a área de Saúde, destaca-se o perfil que é o de formar pessoas para atuar na saúde pública e, assim, contribuir de forma incisiva para uma parcela carente da população e que necessita de ampliação, agilidade e maior qualidade ao utilizar o serviço de saúde pública.

### 1.3.2- Papel do *Campus* Araranguá

Sabe-se que a presença de Universidades em uma região é peça fundamental ao

desenvolvimento econômico e social, podendo representar melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo, quando há parcerias e aproximação entre a IES e a comunidade em seu entorno. A potencialização de regiões ocorre quando há troca de informações e a interação científica, tecnológica e intelectual entre a Universidade e a comunidade.

Por pertencer a uma Universidade Pública, o *Campus* Araranguá trabalha com ensino, pesquisa e extensão e mesmo com pouco tempo de atuação, esta aproximação com a comunidade já é sentida em projetos realizados por docentes e ações ocorridas na cidade.

Além da aproximação com a Comunidade, o *Campus* pode potencializar a região ao se transformar em um caminho de oportunidade para jovens. Neste sentido, Silva (2012, p.12) ressalta que, “o *Campus* Araranguá poderá se constituir em agente estratégico no desenvolvimento do extremo sul catarinense se oportunizar o acesso ao ensino superior aos egressos do Ensino Médio da região de cobertura pretendida”. A ideia é não só permitir que cada vez mais jovens da região sejam estimulados a ingressar no ensino superior público, mas tornar estes jovens transformadores da sociedade. Para tanto, é necessário não só dar oportunidade de acesso, mas também oportunidades de permanência a estes estudantes.

O *Campus* Araranguá está sediado na Mesorregião Sul Catarinense, formada pelas Microrregiões de Araranguá com 15 (quinze) municípios, Criciúma com 11 (onze) municípios e Tubarão com 20 (vinte) municípios que abrigam em torno de 925.177 habitantes, segundo o Censo (IBGE, 2010). Ainda com o Censo (IBGE, 2010), a cidade de Araranguá tem uma população residente 61.310 habitantes distribuídos em unidade territorial de 303,299 km<sup>2</sup>, possuindo ainda Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - (IDHM) no valor de 0,760<sup>1</sup>.

Segundo Silva (2013), o *Campus* Araranguá até 2012, teve em sua maioria alunos ingressantes residentes na Mesorregião Sul Catarinense, sendo o destaque maior para a Microrregião de Araranguá. O autor aponta que o *Campus* Araranguá está cumprindo razoavelmente o seu papel ao oportunizar o acesso ao ensino superior público aos egressos do ensino médio da região de cobertura, já que boa parcela é composta por alunos da região, como pode ser observado na tabela a seguir.

**Tabela 1:** Ingressantes por região – até 2012

Ingressantes por Região		
Região	Abs	%
Mr_Araranguá	376	51,72%
Mr_Criciúma	115	15,82%
Mr_Tubarão	45	6,19%
Outros_SC	118	16,23%
Outras_UF	73	10,04%
<b>TOTAL</b>	<b>727</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Silva (2013)

De acordo com os dados apresentados é possível identificar que o curso de TIC é o que possui mais alunos oriundos da microrregião de Araranguá, seguido de Fisioterapia,

---

<sup>1</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta por três indicadores: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global, mas adéqua a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Fonte: [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

Engenharia de Energia e Engenharia da Computação. De modo geral, pode se afirmar que os alunos do *Campus* Araranguá são oriundos da Mesorregião Sul Catarinense, o que já representa um impacto positivo da interiorização da UFSC.

Sobre a criação do *Campus* Araranguá e as modificações sentidas na cidade e na região, Silva (2013) aponta que podem ocorrer benefícios de curto-prazo, como os estímulos para o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços e a médio e longo prazo, como aumento do volume e a qualificação da mão-de-obra local. Além disto, o autor destaca a disseminação da cultura, do empreendedorismo, e, da inovação, que pode estimular a comunidade acadêmica e a comunidade em geral na contribuição para a geração de emprego, renda e cidadania.

Segundo depoimentos colhidos nas entrevistas, a cidade e até a região, que por muito tempo ficou sem estímulo econômico considerável, comparado com o norte do Estado, por exemplo, deu um salto qualitativo, revitalizou espaços ao entorno do *Campus* da UFSC, como também incrementou sua economia com alugueis e vendas de imóveis, aquecimento do comércio, dentre outros serviços.

Além das mudanças que já são perceptíveis com a estruturação do *Campus*, a cidade vai aos poucos se tornando universitária, e este ponto também é positivo, já que o crescimento desta passa a estar constituído não só por seus cidadãos, mas também por diferentes culturas e atores sociais.

### 1.3.3 – Obstáculos enfrentados

Desde sua implantação, o *Campus Araranguá* enfrenta alguns obstáculos na ordem de planejamento e gestão, que são refletidos de diversas formas em seu dia-a-dia. Estes obstáculos não são, porém, exclusividade do *Campus Araranguá*. O grande gargalo do *Campus Araranguá*, ao que tudo indica, parece ser problema de infraestrutura, que já iniciou quando foram implantados novos cursos.

No ano de 2009, as atividades da UFSC iniciaram em um prédio situado no Bairro Mato Alto e que, até então, servia como polo da UFSC para o ensino a distância. Com a chegada dos cursos presenciais, o prédio passou a abrigar o primeiro curso presencial, Tecnologia da Informação e Comunicação, e logo em seguida também abrigou os demais cursos que foram criados.

O primeiro problema com relação ao espaço físico iniciou com a chegada de novos cursos e, conseqüentemente, com a necessidade em ter mais salas de aula. O problema ficou tão agravante que, segundo Silva (2013), no ano de 2012 o *Campus* tinha disponível 9 (nove) salas de aula, mas tinha a necessidade de 14 (quatorze) salas de aula.

Ainda com Silva (2013, p.66) , “ficou visível à Direção a incompatibilidade entre disponibilidade de área física para as aulas teóricas e as demandas existentes”. Além disso, o prédio não contemplava laboratórios específicos para as atividades práticas das disciplinas, fator esse que impossibilitava o crescimento e qualidade dos cursos de graduação.

A falta de espaço físico era sentida também na parte administrativa. O espaço para os servidores técnico-administrativos também era insuficiente, “sendo comum visualizar alguns trabalhando em locais inadequados, por exemplo, técnicos de laboratório trabalhando na Biblioteca” (SILVA, 2013, p. 66).

O autor destaca ainda alguns pontos referentes ao problema de espaço físico no primeiro prédio do *Campus Araranguá* (SILVA, 2013, p.73):

1. Os cursos não contavam com laboratórios didáticos e algumas atividades práticas eram realizadas em laboratórios locados ou em espaços cedidos como os do IFSC.
2. Não existiam salas adequadas ou espaços suficientes para os docentes. As salas foram adaptadas e compartilhadas, era comum visualizar docentes atendendo alunos no pátio ou na cantina da Universidade.
3. Não existiam espaços para instalação dos grupos de pesquisas. Alguns docentes tentaram abrigar seus grupos/projetos de pesquisa em suas salas para docentes, porém, estas não contemplavam espaços para bolsistas que desempenhavam suas atividades em outros espaços diversos tais como: laboratórios de informática, biblioteca, saguão do *Campus*.
4. Não havia espaço físico para as representações estudantis que ocupavam as salas de aulas em horários alternativos.

Ainda sobre a falta de espaço físico, de acordo com Silva (2013), era comum observar a insatisfação vinda de alunos e professores, ao ponto dos discentes argumentarem que a UFSC, ao criar os cursos de Fisioterapia e Engenharia da Computação, sem possibilitar a estrutura física necessária, faltou com respeito aos cursos que já estavam em andamento (TIC e Engenharia de Energia). Alguns alunos se manifestaram neste sentido dizendo que se sentiam iludidos e enganados, pois lhes venderam um conceito de “qualidade UFSC”.

Do mesmo modo, os docentes em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2012 com a Comissão de Transição, que tinha o papel de gerir por um ano o *Campus Araranguá* até que fosse instalada eleição para o quadro diretivo, relataram também alguns problemas. Segundo

Silva (2013), os docentes entendiam que a inadequação da infraestrutura física ocorria, sobretudo, porque o prédio não fazia parte do projeto para o *Campus* Araranguá e tinha sido pensado e construído com a finalidade de abrigar o ensino a distância.

Para amenizar o problema de espaço físico, foram debatidas no *Campus* algumas ideias, dentre elas a construção de um segundo prédio no mesmo terreno, mas essa alternativa foi logo descartada, pois, “o projeto do prédio não tinha sido concluído, o que impossibilitava o processo licitatório, e desta forma não se apresentava como uma alternativa viável para curto e médio prazo” (SILVA, 2013, p.74).

Segundo Silva (2013), foram levantadas alternativas como soluções temporárias para o problema de falta de espaço físico. Dentre as soluções, a utilização de containers habitáveis ou casas pré-fabricadas para acomodar grupos de trabalho, grupos de pesquisa, bolsistas, centros acadêmicos, docentes e técnicos. Essas duas opções foram descartadas e deram lugar a alternativa de aquisição e aluguel do prédio da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, que no momento não estava com suas atividades ocorrendo de forma total.

Assim, de acordo com Silva (2013), um mês após a posse da direção de transição do *Campus* Araranguá, em julho de 2012, foram iniciadas as negociações para locação de espaço físico da unidade da UNISUL e em 15 de outubro de 2012 foi celebrado o contrato de locação. Tal contrato estabeleceu, dentre outras coisas, que as partes fariam rateio condominial das despesas referentes a energia elétrica, água, serviços de limpeza e segurança, já que dividiriam os espaços físicos.

Ainda segundo Silva (2013), uma vez cumprida a etapa referente a locação de parte da área das instalações da UNISUL em Araranguá foram iniciadas ações visando a aquisição do referido imóvel. E em audiência pública realizada no *Campus* Araranguá no dia 25 de setembro de 2012, a Reitora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professora Roselane Neckel, apresentou a proposição de compra das instalações da UNISUL em Araranguá, a qual foi aprovada por aclamação.

Segundo depoimentos colhidos nas entrevistas, o aluguel de parte do prédio da UNISUL permitiu amenizar o gargalo ocasionado pela falta de espaço físico. Entretanto, este ainda é um dos maiores obstáculos, pois ainda não ocorreu a aquisição do prédio e não há prazo para finalização dos trâmites da compra.

Uma das grandes reclamações é que com a não aquisição, o *Campus* Araranguá fica sem identidade visual, pois é comum as pessoas confundirem-se e não reconhecerem que as duas Universidades dividem o mesmo espaço físico.

Além de todos os problemas que surgem referentes à falta de infraestrutura, o *Campus* Araranguá possui outro problema que se refere a sua institucionalização. Até a bem pouco tempo, os *Campi* da UFSC eram reconhecidos como Unidades Universitárias e estavam ligados diretamente ao gabinete da Reitoria, dependendo desta para administrar e receber recursos. O não reconhecimento dos *Campi* causou dentre outras coisas, problemas na ordem de gestão, já que estes eram dependentes diretos da reitoria, além de não possuírem representatividade em órgãos deliberativos dentro da UFSC, como é o caso do Conselho Universitário.

Segundo Machado (2015), tal problemática foi solucionada com a incorporação dos *Campi* em Unidades Universitárias e estas passaram por uma série de discussões realizadas pelo grupo de trabalho responsável e que apresentou duas alternativas, ambas com a utilização de centros e departamentos. Nesta reunião, o Conselho Universitário – CUN, também sugeriu a formação de um grupo de trabalho que envolva a participação de representantes para atuarem como agentes ‘aglutinadores e uniformizadores’ de propostas e ajustes de princípios, que contemplem as especificidades dos *Campi*. A ideia é que este grupo se pautem em uma metodologia de trabalho definida e que possibilite uma uniformização das questões em aberto e relacionadas aos *Campi*. Outro ponto destacado é que, além das atividades administrativas

usuais das unidades universitárias, nos *Campi* fora da sede devem ser executadas atividades tipicamente realizadas pela Reitoria no *Campus* sede, propondo uma secretaria administrativa para cada um deles.

Como observado nos depoimentos e nas informações obtidas, os dois principais problemas do *Campus*, falta de infraestrutura e a não institucionalização e o reconhecimento legal dos *Campi*, são frutos de um não planejamento. Refletindo-se sobre os acontecimentos, identifica-se que as questões políticas internas e externas a Universidade acabam agravando os obstáculos enfrentados.

É comum que o tipo de gestão e as prioridades, em uma estrutura pública e que depende de orçamento público, sejam modificadas cada vez que são trocados os gestores. E de fato, as alterações ocorridas no decorrer da história do *Campus* apontam que as diversas forças que atuaram tanto da comunidade que pressionou as mudanças de cursos, quanto o próprio sistema eletivo dentro da instituição, foram geradores de conflitos.

## **Conclusão**

Partindo do pressuposto de que, tanto as Universidades Federais quanto o Governo Federal, necessitavam de um maior aprimoramento no sentido de discussão da aplicabilidade de programas como o REUNI, este artigo procurou responder especificamente como ocorreu a formação e estruturação de um *Campus* em uma Universidade Federal participante do REUNI, considerando as experiências administrativas, o contexto histórico e as políticas públicas brasileiras destinadas à expansão do ensino superior.

Observado por este viés, este estudo contribui para a discussão de que precisamos, para qualificar e quantificar o ensino superior brasileiro, de bons programas e projetos, como também necessitamos de mecanismos para aperfeiçoá-los. Assim, instruções, discussões e planejamentos que auxiliem na aplicabilidade desses programas, de modo a torná-los mais eficientes, são também importantes.

De forma geral, o REUNI é visto principalmente no relatório de seu primeiro ano elaborado pelo Ministério da Educação, como positivo pelo Governo Federal. Dentre os pontos destacados referentes ao bom desempenho do programa, estão segundo Ministério da Educação (2012), a discussão da adesão ao programa nas Universidades participantes, a discussão com a comunidade interna, bem como aprovação da proposta no âmbito dos conselhos superiores e em algumas instituições, a discussão sobre a proposta de adesão ao programa na comunidade externa.

Outros pontos elencados como positivos foram os relativos a gestão. Segundo Ministério da Educação (2012), ainda que forma lenta “há reflexos de mudanças na gestão das IFES proporcionados pelo aumento de servidores técnicos e pela melhoria da ambiência física para o trabalho (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p.29).

O REUNI visto de forma macro, de fato permitiu a expansão, sobretudo por meio da interiorização. Já com relação à reestruturação, o mesmo não pode ser afirmado, pois ainda são necessários inúmeros ajustes, principalmente no que diz respeito às inovações acadêmicas como, por exemplo, a utilização de currículos diferenciados.

No caso específico do objeto deste artigo, o REUNI permitiu que a UFSC pudesse realizar algo relevante, que para os moradores das regiões contempladas, possivelmente fazia parte um sonho distante, que é levar a Universidade para o interior do Estado.

De forma conclusiva pode-se afirmar que a adesão da UFSC ao programa, embora tenha sido aprovada pelo Conselho Superior da Universidade, além de conturbada, ocorreu sem que tenha sido permitida uma maior discussão com a comunidade acadêmica, principalmente com relação a possíveis estudos que pudessem delimitar melhor como as ações poderiam ser feitas. Um grande exemplo sobre este assunto é a institucionalização.

Como o Estatuto da Universidade não permite a criação de *Campi* universitários, os que foram criados encontram-se sem ‘identidade’, no sentido de não terem reconhecimento e nem participação como membros em órgãos deliberativos.

Ainda sobre a formação do *Campus* Araranguá, pôde-se concluir que este foi formado com os recursos oriundos do REUNI, mas também é fruto de uma grande articulação vinda da comunidade, com destaque para os empresários, instituições como a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC, prefeituras e políticos da região, como o Deputado Federal Jorge Boeira.

Um dos fatores que facilitou também a escolha de Araranguá como sede de um dos *Campi* da UFSC, foi a existência anterior à criação do *Campus*, de um polo em educação a distância da Universidade, que estava localizada em um terreno doado pela União, com prédio já instalado e com disponibilidade de ampliação.

Um dos pontos mais críticos com relação à formação do *Campus* foi, sem dúvida, o processo de escolha e implantação dos cursos. Como foi visto, os cursos que foram implantados no *Campus* são diferentes dos que haviam sido planejados e, que eram voltados para a formação vocacional da região e do município. Um dos fatores que levaram a substituição dos cursos que haviam sido planejados foi, além da troca de gestão na Universidade com a posse do novo Reitor na época, a pressão da própria comunidade para que fossem implementados cursos diferentes dos que haviam sido estipulados para o *Campus*.

A substituição dos cursos, como foi identificado nos dados levantados, causou uma série de infortúnios como o não cumprimento de uma das metas do REUNI que era a conquista do índice de 18 (dezoito) alunos para 1 (um) professor. Com cursos em áreas que não são tão próximas esse número não pôde ser alcançado, já que tiveram que ser contratados mais profissionais para atuar especificamente em apenas um curso do *Campus*, e não em mais de um curso, como se previa.

De forma também conclusiva, foi possível identificar que os cursos que atualmente estão presentes no *Campus* Araranguá, mesmo que não sejam destinados à vocação da região, possuem atratividade e uma boa avaliação pelo MEC. A exceção é o curso de Fisioterapia que, até bem pouco tempo, não possuía ainda professores formados na área, além de necessitarem de infraestrutura adequada para a criação de laboratórios, de equipamentos adequados e também bibliografias especializadas. Ainda sobre os cursos, foi perceptível que estes estão aos poucos se consolidando e atraindo cada vez mais jovens da região.

Com relação à importância do *Campus* Araranguá para a região, concluiu-se que o papel do *Campus* está em trazer para a cidade uma espécie de ‘esperança’, principalmente para a comunidade, já que muitos jovens que estudam no *Campus*, além de serem moradores, podem representar em um futuro próximo um investimento, pois muitos devem continuar na região e atuar profissionalmente.

Além disto, ressalta-se que foram constatadas modificações na cidade em decorrência da instalação do *Campus*, como implantação de uma avenida que liga a UFSC e o IFSC ao centro da cidade e que já mostra valorização de seu entorno com o crescimento de prédios. Outro ponto destacado e que demonstra o desenvolvimento da região é o crescimento de serviços como supermercados, restaurantes, alugueis e venda de imóveis.

Concluiu-se que a cidade está aos poucos se tornando universitária, recebendo diferentes pessoas e modificando todo o seu entorno. Ademais, o *Campus* Araranguá por possuir um local que permite crescimento por conta do espaço físico disponível, representa uma possibilidade concreta em receber novos cursos e ampliar sua área de atuação, necessitando para tanto, de investimentos e recursos.

Com relação aos *obstáculos enfrentados*, identificou-se dois principais pontos que se constituem em obstáculos a serem transpostos para que, assim, o *Campus* consiga de forma mais eficiente, realizar suas atividades. O primeiro ponto identificado é a aquisição do prédio

da UNISUL, atualmente alugado em partes para a UFSC. De fato a transferência das atividades do *Campus* no Bairro Mato Alto, onde se encontra o prédio da instituição que foi construído para o ensino a distância, para o prédio da UNISUL, representou um ‘desafogamento’ no sentido de ampliação de espaços físicos, mas é uma ação paliativa, até que a aquisição aconteça. Concluiu-se que a demora da finalização dos trâmites para compra do imóvel e até a insegurança de que isto possa não acontecer, representa uma grande desmotivação tanto para os professores e servidores, quanto para os alunos. Além disto, pelo prédio estar alugado não é possível uma identificação visual total do *Campus*, com cores que representem a UFSC, instalação de placas que identifiquem unicamente a instituição, dentre outros.

O segundo ponto identificado por este estudo foi o problema da institucionalização, que representa também uma desmotivação para a comunidade acadêmica, já que nesta situação, o *Campus* depende diretamente da reitoria. Além de não possuir representatividade e nem direito a voto em órgãos deliberativos dentro da instituição. Esta problemática, ao contrário da aquisição do prédio da UNISUL, está mais próxima de ser resolvida, já que foi aprovado no segundo semestre de 2015 a institucionalização dos *Campi* pelo Conselho Universitário, porém, não se sabe ainda como isto será realizado e nem como ficará a divisão dos recursos.

Por fim, com relação à categoria que tratou sobre a aplicação do REUNI conclui-se que, além deste ter ocorrido de maneira conturbada, sob pressão e sem as discussões necessárias, a proposta mostrou-se de certa maneira frágil e sem planejamento adequado, já que, por exemplo, os cursos foram modificados. Outro ponto a ser considerado na aplicação do programa é que o *Campus* conseguiu cumprir, em partes, com uma das exigências que era a de ampliar as vagas no período noturno. Como foi visto, atualmente existe apenas um curso totalmente noturno, outro diurno e outros dois com aulas vespertinas e noturnas, o que não se mostra adequado com a diretriz do REUNI.

Um aspecto que merece destaque e que é preocupante por afetar as atividades do *Campus* é a falta de professores e técnicos. Como foi visto, ocorre principalmente uma falta de técnicos, refletida na defasagem e na necessidade de mais servidores para atender toda a demanda. Apesar das defasagens observadas e dos obstáculos sentidos, o *Campus* Araranguá parece estar conseguindo exercer seu papel no desenvolvimento da região e no exercício de levar o ensino, a jovens e regiões carentes de oportunidades.

Após as considerações que aqui foram explanadas, este estudo aponta para duas observações sobre a consolidação do *Campus*:

- 1) Conquistar um espaço físico adequado para comportar todas as atividades que são realizadas e permitir que possa haver ainda mais espaço para crescimento.
- 2) Concretizar a criação do curso de Medicina.

Sobre o primeiro apontamento, enfatiza-se que, como foi visto, o aluguel do espaço físico disponibilizado pela UNISUL foi uma boa alternativa para ampliar a infraestrutura disponível, porém, foi uma medida paliativa. A insegurança causada pela demora nos trâmites para aquisição, bem como a incerteza de que o mesmo vai se realizar tem causado transtornos. Assim, identificou-se que este é um ponto chave e de suma importância a ser resolvido, para que, então, possam ser retomados o crescimento institucional do *Campus*, além de sua consolidação.

Já sobre o curso de Medicina, observou-se que diante da realidade em que se encontra o *Campus* com um curso de Fisioterapia criado sem relação com os demais cursos, é imprescindível que se consolide uma nova área, a de saúde e, para tanto, o curso Medicina vem a somar e a contribuir.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA FILHO, Naomar. **Universidade Nova no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, Outubro de 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)> Acesso em 6 jul.2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de ABRIL de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm) > Acesso em 6 abril.2015.

BRASIL. **LEI Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)> Acesso em 8 abril. 2014.

LIMA, Paulo Gomes. **Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: Alguns cenários e leituras**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.

MACHADO, Cibele Borba. **Formação da identidade organizacional: Um estudo na Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Araranguá**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares**. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

PERARDT, Suzany. **Análise do processo de criação das atividades de Ensino na implantação do campus de araranguá da Universidade Federal de Santa Catarina sob a ótica da gestão social**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2013.

ROSSI, Margareth. Universidade Federal de Santa Catarina adere ao REUNI. **Notícias da UFSC**. Florianópolis, Nov,2007. Disponível em:< <http://noticias.ufsc.br/2007/11/Universidade-federal-de-santa-catarina-adere-ao-REUNI/>> acesso em 9 de setembro de 2015.

SILVA, Juarez Bento. **Breve Histórico do Campus Araranguá**. Dossiê, 2013.